

SITUAÇÃO HABITACIONAL NO BRASIL E A UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS DE AUTO-AJUDA E AJUDA-MÚTUA NA PRODUÇÃO DE MORADIAS

Ros Mari Zenha Kaupatez

Apenas uma reduzida proporção da população da América Latina tem condições de acesso, através do mercado, a uma moradia de nível adequado. Tal situação é decorrência das condições materiais de vida dessa população, caracterizadas pela pobreza e insuficiência de recursos, que se expressam nos altos índices de mortalidade, de desnutrição infantil, de carência de serviços e equipamentos básicos, na precariedade da unidade habitacional, na degradação do meio ambiente e outros. Todas constituem sinais de situações injustas e não resolvidas na sociedade, fazendo parte da realidade de milhares de famílias nos países latino-americanos.

A natureza da inserção das economias desses países no sistema mundial, as características dos processos produtivos e de distribuição social da riqueza e o papel desempenhado pelo Estado são elementos que explicam a existência de tais realidades e o Brasil não é exceção à regra.

No que se refere à **questão habitacional**, objeto desse artigo, temos, a nível nacional, um dos maiores desafios que se enfrenta na área social. Estima-se em **6,7 milhões** de unidades a carência habitacional nas áreas urbanas, segundo dados do Banco Nacional da Habitação. Não existem, atualmente, estimativas precisas que incluam neste cálculo as áreas rurais. Porém, pode-se afirmar que, em termos nacionais, essa carência não é inferior a **17 milhões** de unidades, segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Nova República. Acresce-se a isso o fato de parte considerável da população do país, cerca de **68 milhões de brasileiros**, pertencerem a famílias com renda inferior a três salários-mínimos, segundo informações fornecidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

Tratam-se de dados que permitem inferir a situação habitacional da maioria da população brasileira. A **precariedade do morar** caracteriza, praticamente, a maioria, senão todas as áreas do país, onde a população encontra, na invasão de glebas públicas ou privadas, na locação de cômodos insalubres (cortiços), na aquisição de terrenos em loteamentos clandestinos, com a posterior execução, por auto-construção, de moradias tecnicamente insatisfatórias e no acesso à habitações produzidas pelo Estado, o leque de alternativas para resolução de seu problema de moradia. São distintas formas de produção do habitat, principalmente no espaço urbano, onde hoje concentra-se cerca de 70% da população total do país. Na tabela 1 apresentam-se informações da demanda habitacional urbana, por faixa de renda familiar, projetada para os próximos cinco anos.

(*) Capítulo I da Dissertação de Mestrado "Ajuda-Mútua: A Participação da População na Produção de Moradias", apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em junho de 1986.

(**) Pesquisadora da Área de Planejamento e Processos da Divisão de Edificações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT.

TABELA 1: Projeção das Necessidades Habitacionais Urbanas no País por Faixas de Renda Familiar (período 1985/1990)

Faixa de Renda Média Mensal (S.M.)	Novas Habitações a Construir (%)	Novas Habitações a Construir mais Reposições (%)
Até 1/2	3,89	3,97
De 1/2 a 1	8,65	8,80
De 1 a 2	19,55	19,69
De 2 a 5	34,48	34,36
De 5 a 10	17,79	17,63
Mais de 10	15,64	15,55
Total	100,00 (6 044 188)	100,00 (6 687 072)

Fonte: BNH/Diretoria de Planejamento (DIPLA); Agosto/1984.

Em termos regionais, a distribuição da demanda total se dá conforme apresentado na tabela 2.

TABELA 2: Projeção das Necessidades Habitacionais Urbanas por Grandes Regiões (período 1985/1990)

Grandes Regiões	Novas Habitações a Construir (%)	Novas Habitações a Construir mais Reposições (%)
Norte	4,14	4,23
Nordeste	22,27	23,09
Sudeste	50,12	49,38
Sul	15,37	14,72
Centro-Oeste	8,10	8,58
Brasil	100,00 (6 044 188)	100,00 (6 687 072)

Fonte: BNH/Diretoria de Planejamento (DIPLA); Agosto/1984.

A produção de moradias através do aparelho de Estado, responsável por atender parte da carência habitacional do país, passa, necessariamente, até o momento atual, pela atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH), principal suporte da política habitacional do país. Sua ação, ao longo de seus 22 anos de existência, privilegiou a concentração de investimentos nas faixas de maiores rendimentos da população (considerando-se apenas o montante de recursos destinados à construção de moradias) obedecendo a uma lógica extremamente distante dos pressupostos de natureza social que, teoricamente, teriam orientado a criação do banco em 1964. As informações contidas na Tabela 3 revelam, inequivocamente, essa tendência ao longo do tempo.

TABELA 3: Sistema Financeiro da Habitação – Perfil dos Financiamentos Habitacionais Concedidos (período 1964/1983) – distribuição percentual anual.

PROGRAMAS	1964/69	1970/79	1980	1981	1982	1983
1. PROMORAR	–	0,16	15,25	10,24	9,24	4,74
2. COHAB + PROFILURB	40,63	32,25	20,44	17,74	22,49	9,63
3. FICAM	0,16	2,09	0,95	2,28	4,19	0,63
4. COOPERATIVA	13,95	14,12	7,94	8,70	6,28	7,96
5. INSTITUTO	4,76	1,62	1,94	1,86	3,74	3,22
6. PROHASP	–	–	–	1,14	1,31	0,41
7. PROSINDI	–	–	–	1,37	1,88	–
8. HIPOTECA	9,99	2,34	1,22	0,68	1,25	2,01
9. EMPRESAS	–	0,44	1,00	1,81	1,16	0,89
SUB-TOTAL	69,49	53,02	48,74	45,83	51,53	29,49
RECON + PRODEPO	3,05	10,22	3,59	2,99	3,47	5,01
TOTAL BNH	72,54	63,24	52,33	48,82	55,00	34,50
SBPE	27,46	36,76	47,67	51,18	45,00	65,50
SFH	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: BNH/Informações estatísticas a nível de Estados e Regiões JUN/84.

A análise de tais informações denota a redução crescente, no número de unidades financiadas, no que se refere aos programas habitacionais voltados para a população mais carente. Programas que, ao longo do tempo, foram se constituindo, tais como o PROMORAR (Programa de Erradicação da Sub-Habitação), COHAB-PROFILURB (companhias de Habitação/Programa de Lotes Urbanizados) e FICAM (Financiamento da Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação), foram sofrendo reduções sucessivas no total de unidades financiadas. Contrariamente, os programas atendidos pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), que se destinam a faixas de rendimentos mais elevadas, apresentam uma oferta de recursos sempre crescente.

Porém, não é apenas do ponto de vista da **quantidade** que se deve proceder à avaliação da atuação do Estado no campo do provimento de moradias para a população mais carente. A questão complementar, porém, não menos importante, da **qualidade** do empreendimento habitacional, é um fator muitas vezes

desconsiderado. Tem-se constatado que, em nome de uma política de redução do "déficit", concretizada através da produção em larga escala de moradias, o Estado gerou toda uma série de produtos que, em termos de qualidade técnica e resposta às reais necessidades dos usuários, deixam muito a desejar.

A produção em larga escala utilizou-se de alternativas tecnológicas oriundas, basicamente, do setor privado de construção, que foram sendo incorporadas aos empreendimentos dos agentes promotores de habitação popular, atendendo, via de regra, a população com rendimentos de até cinco salários-mínimos. Estas alternativas vieram a se cristalizar nos grandes conjuntos habitacionais produzidos em meados da década de setenta. Na verdade, foi a construção do conjunto de Itaquera (zona leste do município de São Paulo) que serviu de grande laboratório para as novas tecnologias, ali sendo empregados diferentes sistemas construtivos, distribuídos pelas 31 860 unidades habitacionais que compõem o conjunto. Neste caso, a habitação popular tornou-se um verdadeiro laboratório para o desenvolvimento de novas tecnologias de construção, sem que houvesse, de parte do Estado, a preocupação de avaliar, preliminarmente, os resultados de sua utilização:

"Essa necessidade de se imprimir uma mentalidade industrial à construção civil surgiu nos países dito desenvolvidos, mais intensamente, no pós-guerra; porém, a produção de componentes e sistemas construtivos novos sempre foi acompanhada pela criação de uma retarguarda tecnológica, ou seja, ao mesmo tempo em que era desenvolvida a mentalidade industrial na construção, surgia a consciência da avaliação de desempenho das inovações e do controle de qualidade na execução das obras. No caso brasileiro, contudo, as inovações foram introduzidas sem os devidos cuidados e os erros e acertos daí decorrentes só estão sendo avaliados mais recentemente, depois dos edifícios concluídos e habitados. Até mesmo os processos de tecnologia importada aplicados no Brasil e largamente experimentados em outros países não foram convenientemente adaptados às nossas condições e acabaram apresentando problemas de desempenho". (Souza & Mittidieri, 1985)

Desta forma, utilizaram-se, indiscriminadamente, soluções inovadoras onde, componentes e sistemas construtivos foram introduzidos na construção sem que, previamente, fossem submetidos a uma avaliação técnica rigorosa que possibilitasse prever seu comportamento durante os 25 ou 30 de vida útil que se espera do edifício. Assim, a avaliação das soluções inovadoras, quando ocorreu, deu-se após estarem construídos e habitados os conjuntos, servindo os usuários como espécies de cobaias das inovações tecnológicas, sendo a eles transferidos problemas patológicos e custos excessivos de manutenção e reposição que podem advir do uso de novos produtos não avaliados previamente. Neste sentido, cabe destacar as reivindicações atualmente encaminhadas à justiça, de parte de usuários de conjuntos habitacionais do BNH, atinentes ao problema da qualidade precária desses empreendimentos.

A produção em larga escala, por outro lado, desconsiderou, quase que de forma absoluta, as diversidades regionais, culturais, sociais e econômicas do país, aspectos a serem levados em conta quando da adoção de alternativas tecnológicas, quando da concepção de projetos, quando da escolha de materiais e de processos de trabalho e até nas formas de comercialização do produto final. Não que não existam contribuições nessa área. Os centros de pesquisa tecnológica e as universidades têm procurado dar sua contribuição para a redução da carência habitacional no país. Parte significativa dessa produção está voltada ao desenvolvimento de tecnologias de produtos e processos visando explorar o potencial regional, utilizando materiais de construção de baixo custo ou que possam ser encontrados com abundância nas regiões onde se situa parcela significativa da população demandatária de unidades habitacionais. Vários exemplos podem ser citados nesse domínio: o solo estabilizado para produção de componentes de alvenaria, o desenvolvimento de painéis cerâmicos e cimentos alternativos, o desenvolvimento de sistemas construtivos em madeira dentre outros. Porém, constata-

se um ponto nevrálgico nessa produção, qual seja a questão da transferência dos resultados desse desenvolvimento tecnológico a seus potenciais usuários, por falta, principalmente, de uma política explícita de desenvolvimento da ciência e tecnologia em termos nacionais, conectada a políticas setoriais detalhadas, dentre elas a habitacional.

As considerações anteriormente feitas, acerca da produção de moradias por parte do Estado são válidas, contudo, para aquele segmento da população atendido por este tipo de intervenção, ou seja, os que ganham de três a cinco salários-mínimos. A parcela da população que recebe salários da ordem de um a três mínimos encontra-se, praticamente, à margem da intervenção estatal e trata-se de um segmento significativo: cerca de 68 milhões de brasileiros. Tais famílias equacionam a questão do morar por sua própria conta, ou, quando muito, são atendidas, de forma incipiente, por programas do Estado, como, por exemplo, os lotes urbanizados com embriões habitacionais mínimos, passíveis de ampliação por conta do próprio usuário, ou através de intervenções de recuperação ou urbanização de áreas periféricas urbanas ou de invasão (favelas).

Independente, porém, da natureza da intervenção ou da faixa de renda atendida, o estilo de definição da política habitacional no país – considerando-se o período de 1964 a 1982 – caracterizou-se, fundamentalmente, pela extrema centralização na definição das mesmas.

A partir de 1983, alguns fatos novos aparecem na política de habitação do país. O Estado começa a incorporar, de forma institucional, sistemas de produção de moradias e/ou infra-estrutura comumente designados por auto-construção ou mutirão. Antes dessa data, a tendência sempre constatada foi a de desconsideração quase que total em relação a alternativas que contassem com a participação da população na resolução do problema. Em nome de uma política de redução do “déficit”, amarrada à produção de moradias em larga escala, não se poderia pensar em utilizar sistemas que, segundo dizia-se, caracterizavam-se por uma lentidão exagerada, pela falta de organização técnica e produção limitada para fazer frente à demanda existente. Independente de tal posição, foram esses sistemas, de fato, que permitiram o acesso à moradia a uma parcela significativa da população carente. Assim, apesar da precariedade dos assentamentos resultantes das iniciativas populares na área da habitação, este foi o caminho encontrado pelas famílias para resolver seu problema de moradia. Produzir moradias pelo sistema de **auto-construção (auto-ajuda)** ou **mutirão (ajuda-mútua)** é uma resposta tradicional da população à questão habitacional.

O dado novo, porém, era o da **institucionalização** de tais sistemas, teoricamente com o objetivo de equacionar o problema de moradia das camadas de baixa renda da população, ou seja, das famílias com rendimentos entre um e três salários-mínimos. Tal tendência começa a se esboçar, a nível federal, em meados de 1983, quando, no âmbito do próprio BNH, inicia-se a discussão da questão, redundando na realização, em fevereiro de 1984, do Seminário Nacional sobre Mutirão: a Participação da População na Produção de Habitações.

À época, os aspectos conceituais que nortearam a discussão podem ser explicitados no texto a seguir:

“...no momento em que se considera a intenção governamental de incorporar à sua política social, a autoconstrução, como uma nova proposta de baixa renda, cabe observar que essa forma de atuação é apenas um dos instrumentos a serem utilizados na tentativa de solução do problema, sendo imprescindível levar em conta que:

- A participação da população de baixa renda na construção de moradias não deve ser considerada como uma obrigação isolada dessas comunidades, que devem receber o apoio direto do Poder Público, tendo em vista que a sociedade como um todo tem responsabilidade sobre as condições e o estado de pobreza existente;
- A ação governamental em projetos de autoconstrução deve ensinar a auto-organização das comunidades a serem beneficiadas, oferecendo toda a assistência técnica que as mesmas vierem a requerer;

- Devem existir formas de ação governamental que ofereçam subsídios, através de recursos técnicos, financeiros, organizacionais, de modo a permitir que mesmo os grupos de população localizados nos menores estratos de renda possam ser atendidos;
- Os valores dos grupos ou comunidades devem ser respeitados, pois é a partir dos mesmos que deve ocorrer todo um processo de desenvolvimento sócio-cultural. Por essa razão, é necessário que seja dada a essas comunidades a maior liberdade e o máximo de participação na concepção dos projetos e sua execução". (BNH, 1984).

Partindo destas premissas, o BNH lançou, em 24 de abril de 1984, (BNH – Resolução 5/84) o Programa Nacional de Autoconstrução – Projeto João de Barro. A elas foram somadas outras, conforme explicitado na apresentação do Programa, quais sejam:

- A necessidade de ampliar a utilização de mão-de-obra não qualificada, desempregada ou subempregada e dar-lhe acesso a uma capacitação;
- A necessidade de ampliar a participação ativa da população na solução de seus próprios problemas de moradia, respeitando seus padrões de vida e suas aspirações sociais; e
- A falta de recursos financeiros e a necessidade de reduzir os custos da produção de moradias para a população de baixos níveis de renda.

Cabe salientar, em termos de contexto histórico, que esse período coincide com a crise econômico-financeira do país, com a recessão e o desemprego. Politicamente, vive-se o designado período de transição democrática com a manifestação da diversidade de posturas políticas e abordagens múltiplas e antagônicas sobre os diferentes acontecimentos da conjuntura. Logo, a proposição, no campo da moradia, de utilizar-se sistemas de auto-ajuda e ajuda-mútua como uma das alternativas para solução da carência habitacional, foi, sem dúvida, alvo de muita polêmica.

Assim, com a instituição dessa modalidade de produção do habitat por parte do Estado, retornaram, também, as discussões a respeito da utilização da força de trabalho da população para a produção de moradias e/ou infra-estrutura. Consideremos, de maneira sucinta, as posições encontradas para tratar o tema da autoconstrução senso amplo:

"Uma delas a favorece a partir da idéia da autonomia popular ou auto-gestão em contraposição à intervenção do Estado definida como tecnocrática ou representativa do poder anti-democrático" (Boletim de Medio Ambiente Y Urbanización, 1983).

Advogando essa posição encontram-se desde posturas anarquistas até populistas, passando por tendências que:

"idealizam o habitat popular como comportamento adaptativo onde não podem existir conflitos sociais, desconhecendo o desenvolvimento tecnológico porque o faz equivale à divisão capitalista do trabalho e, portanto, preconizando a possibilidade de mudança social através da mera mudança nas relações interpessoais da comunidade local.

No outro polo estão aqueles que negam toda legitimidade à auto-produção do habitat, de óticas e argumentos totalmente diferentes. Seja porque a concebe como um mecanismo apto para a depressão dos salários enquanto permite rebaixar os custos de reprodução da classe trabalhadora (entre os quais se inclui a moradia) ou porque a considera atentatória aos interesses do capital vinculado à construção e produção de insumos estandarizados para a construção e, ainda, porque tal proposta tende a deslocar o protagonismo profissional nos processos de desenho e definição dos programas habitacionais" (Boletim de Medio Ambiente Y Urbanización, 1983).

São, na verdade, além de pontos de vista antagônicos, sumamente ideologizados.

Independente da discussão, começou a delinear-se, na prática, a utilização desses sistemas como uma alternativa de alcance nacional, objeto de legislação e regulamentação específicas, em paralelo à construção de natureza privada, à construção estandarizada de moradias completas sob responsabilidade do Estado ou mesmo à autoconstrução individual e espontânea.

As discussões, por outro lado, sejam a nível teórico sejam no âmbito do próprio aparelho de Estado, pecaram por não delimitar, com precisão, o próprio objeto que as suscita. Esclarecendo: a utilização da auto-ajuda ou ajuda-mútua é entendida, geralmente, pelos que a aplicam, como processo de participação da população, ou seja, considera-se que o fato da comunidade construir as moradias equivale a participar. Partindo desse pressuposto, o discurso oficial, na maioria das vezes, tende a tornar sinônimos, no campo da habitação popular, **autoconstruir e participar**. Neste sentido, é fundamental estabelecer uma distinção básica: a que existe entre a auto-construção e a participação popular no seu sentido mais amplo. **A participação não equivale ao aporte de esforço pessoal na construção da própria moradia, mas sim à possibilidade concreta que a comunidade tem de exercer o controle das decisões que definem os programas do habitat.**

Vejam, resumidamente como, no caso brasileiro, essa situação se apresenta nos quase quatro anos de institucionalização dos sistemas de auto-ajuda e ajuda-mútua. O patrocínio estatal se dá tanto a nível financeiro como institucional e técnico, decorrente de algumas constatações básicas: (i) a existência de limitações implícitas nas práticas de ocupação dos assentamentos espontâneos; (ii) da carência generalizada de recursos de parte do Estado e (iii) da impossibilidade da população pobre empreender ações de melhorias em função da inexistência de recursos próprios e apoio técnico.

Por outro lado, a maneira pela qual se dá o resgate da participação da população no processo de produção do assentamento e da moradia é bastante diferenciada dependendo do caso que se analisa. Tal resulta, conseqüentemente, em maior ou menor autonomia de parte da população, em termos de decisões a serem assumidas durante as diversas fases do processo de produção, desde o planejamento, passando pelos projetos e execução, até a fase de uso e manutenção. Desta forma, delineiam-se situações onde o resgate da participação popular ocorre de fato – enquanto possibilidade concreta de exercer o controle das decisões que definem os programas do habitat (até mesmo a opção por utilizar ou não sua força de trabalho) ou, ao contrário, não passa de um instrumento utilizado pelo aparelho de Estado para legitimar sua ação junto à população – através de um discurso onde se salienta a “importância da participação” – em um contexto de limitação de recursos, obtendo-se redução de custos via utilização da força de trabalho da comunidade.

Um segundo ponto deve ser, também, lembrado quando, por opção coletiva, as famílias utilizam sua própria força de trabalho para construção das moradias. É preciso, antes de mais nada, contextualizar socialmente o emprego dessa alternativa de produção.

Em uma sociedade na qual cada família tivesse um rendimento de acordo com suas necessidades – incluída a habitação – poderia parecer mais lógico, de fato, substituir o importante esforço que as famílias realizam durante a construção das moradias por auto-ajuda ou ajuda-mútua por outro tipo de ação. Porém, na minha opinião, por enquanto, esta é uma discussão para outro contexto social. Além disso, no caso dos segmentos de população mais carente (até três salários-mínimos), a alternativa à auto-ajuda ou ajuda-mútua é a compra ou aluguel, ambas realizando-se no mercado e pelo que o trabalhador paga, ou com um trabalho adicional na sua própria ocupação ou separando parte do salário destinada a outras necessidades básicas para cobrir, não só o valor do bem (moradia) que obtém, mas também os lucros dos intermediários que atuam na economia de mercado para produzir esse bem:

"Poder-se-ia sustentar que a questão básica é conseguir empregos razoáveis para todos os trabalhadores, mediante os quais eles pudessem ganhar o suficiente para satisfazer todas as necessidades básicas de suas famílias, inclusive a da habitação. Poder-se-ia mesmo imaginar que políticas que assegurassem o pleno emprego trariam consigo uma elevação substancial dos salários, o que permitiria aos trabalhadores adquirir moradias decentes, dispensando subsídios governamentais e todo o humilhante paternalismo estatal, que distorce o exercício da cidadania por parte dos pobres, transformados em clientela dos políticos encarregados de gerir e distribuir os fundos públicos. Esta é uma tese liberal bem simpática, mas que não leva em conta a realidade de um país como o Brasil, em que parte substancial da população ainda constitui um subproletariado, excluído do modo capitalista de produção, para o qual serve como reserva estratégica de mão-de-obra. E este subproletariado é vasto demais para ser prontamente integrado na economia capitalista, mesmo porque as chamadas "políticas de emprego" têm alcance bem limitado. Na atual fase da industrialização brasileira, este subproletariado ainda tende a permanecer, senão a crescer, alimentado não só pelo êxodo do campo mas também pelo desemprego conjuntural, que expulsa do exército industrial, periodicamente, contingentes ponderáveis do mesmo". (Singer, 1985).

Assim, adotados estes pressupostos básicos, dos quais, fundamentalmente, salienta-se o **do como participar da gestão do espaço produzido**, pode-se delinear situações diferenciadas no emprego, por parte do Estado, dessa modalidade de produção habitacional e constatar, em que medida, trata-se de uma alternativa que inclui no seu âmbito um objetivo social mais amplo ou, ao contrário, resume-se a reproduzir procedimentos típicos e conhecidos de um aparelho de Estado historicamente excludente em termos de participação popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BNH – (1984) – Seminário sobre mutirão: a participação da população na produção de habitações. Recife, BNH, fevereiro de 1984.
- BNH – (1984) – Resolução do Conselho de Administração nº 5/84.
- COMISIÓN DE DESARROLLO URBANO Y REGIONAL – Boletín de Medio Ambiente y Urbanización. C.D.U.R. do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, diciembre 83, año 2, nº 5.
- SINGER, P. (1985) – Habitação popular: o que fazer?. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, 13.
- SOUZA, R. e MITTIDIERI, C.V. (1985) – Avaliação de desempenho de sistemas construtivos destinados à habitação popular: conceituação e metodologia. *A Construção em São Paulo*, nº 1955.

RESUMO

Neste artigo os processos de auto-ajuda e ajuda mútua são estudados como formas alternativas de produção da habitação popular no Brasil. Ele critica a insuficiência quantitativa e qualitativa e a desconsideração da diversidade regional, cultural, social e econômica do país na atuação do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Após referir-se às posições políticas em torno do significado da autoconstrução e da participação popular na construção da moradia e às discussões no sentido de institucionalização (a partir de 1983) dos processos que nela se incluem, analisa, de modo sucinto, a situação de práticas de ajuda-mútua e auto-ajuda hoje no Brasil.

ABSTRACT

In this paper are studied the self-assistance and mutual-assistance process like alternative forms of popular lodging production in Brasil. It criticizes the quantitative and qualitative insufficiency, as well as the disregard to the regional, cultural, social and economic diversity within the country in the action of the Banco Nacional da Habitação (BNH).

It after presents the political positions interesting self-building, popular participation and debates about institutionalization of these processes (since 1983), and briefly analyses the Brazilian situation about them.

RÉSUMÉ

Cet article étudie les processus d'auto-aide et d'aide mutuelle en tant que formes alternatives de production du logement populaire au Brésil. Il critique l'insuffisance quantitative et qualitative aussi bien que la déconsidération des diversités régionales, culturelles, sociales et économiques du pays, dans l'action du Banco Nacional da Habitação (BNH).

D'après faire des références aux positions politiques intéressant au signification de l'auto-construction et la participation populaire aux débats sur l'institutionnalisation de ces processus (d'après 1983), l'article analyse, enfin, la situation des pratiques d'auto-aide et aide-mutuelle au Brésil d'aujourd'hui.

